

Balço Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho

Em Reais

Ativo				
Descrição	Nota	06/2018	06/2017	
Circulante		37.373.794,23	34.625.285,05	
Disponibilidades	4	1.212.360,29	354.370,68	
Títulos e Valores Mobiliários	5	18.281.677,49	11.506.189,75	
Carteira Própria		15.078.032,33	11.415.748,58	
Vinculados à Prestação de Garantias		3.203.645,16	90.441,17	
Relações Interfinanceiras	6	2.974.249,67	3.029.144,69	
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil		-	264,91	
Relações com Correspondentes		13.845,28	27.641,98	
Centralização Financeira		2.960.404,39	3.001.237,80	
Operações de Crédito	7	14.698.857,80	19.426.836,12	
Operações de Crédito		15.863.580,12	21.162.329,11	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.164.722,32)	(1.735.492,99)	
Outros Créditos	8	173.855,84	286.960,23	
Avais e Fianças		60.266,60	14.324,82	
Rendas a Receber		54.553,58	243.939,19	
Diversos		335.512,95	322.325,10	
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(276.477,29)	(293.628,88)	
Outros Valores e Bens	9	32.793,14	21.783,58	
Despesas Antecipadas		32.793,14	21.783,58	
Não Circulante		14.939.439,38	9.242.443,44	
Realizável a Longo Prazo		13.104.608,48	8.114.509,16	
Títulos e Valores Mobiliários	5	40.407,83	-	
Carteira Própria		40.407,83	-	
Operações de Crédito	7	13.037.083,73	8.088.116,65	
Operações de Crédito		14.783.680,14	8.088.116,65	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.746.596,41)	-	
Outros Créditos	8	27.116,92	26.392,51	
Diversos		27.116,92	26.392,51	
Investimentos	10	1.127.292,84	887.801,39	
Ações e Cotas		1.127.292,84	887.801,39	
Imobilizado	11	707.538,06	240.132,89	
Outras Imobilizações de Uso		1.114.294,06	550.040,57	
(-) Depreciações Acumuladas		(406.756,00)	(309.907,68)	
Total do Ativo		52.313.233,61	43.867.728,49	



Balço Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho

Em Reais

Passivo				
Descrição	Nota	06/2018	06/2017	
Circulante		42.975.587,81	36.163.910,09	
Depósitos	12	41.467.081,47	33.589.877,20	
Depósitos à Vista		9.126.051,36	6.319.912,63	
Depósitos à Prazo		32.341.030,11	27.269.964,57	
Relações Interfinanceiras	13	154.487,23	1.793.732,09	
Repasse Interfinanceiros		145.006,74	1.772.725,00	
Relações com Correspondentes		9.480,49	21.007,09	
Obrigações por Empréstimos	13	219.498,15	110.954,95	
Empréstimos no País-Outras Instit.		219.498,15	110.954,95	
Outras Obrigações	14	1.134.520,96	669.345,85	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		8.801,53	11.026,46	
Sociais e Estatutárias	14.1	297.045,22	201.040,98	
Fiscais e Previdenciárias	14.2	99.446,42	70.352,90	
Diversas	14.3	729.227,79	386.925,51	
Não Circulante		283.846,72	499.031,20	
Relações Interfinanceiras	13	283.846,72	345.138,69	
Repasse Interfinanceiros		283.846,72	345.138,69	
Patrimônio Líquido		9.053.799,08	7.204.787,20	
Capital Social	16.a	5.847.154,99	5.020.960,34	
Reserva de Sobras		2.251.216,43	1.210.491,53	
Sobras do Período		955.427,66	973.335,33	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		52.313.233,61	43.867.728,49	

Egídio Ceccatto
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Nota	Em Reais	
		06/2018	06/2017
Receitas da Intermediação Financeira	17.1	5.014.046,97	4.168.893,22
Resultado com Operações de Crédito		4.521.615,22	3.609.446,69
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		492.431,75	559.330,15
Resultado de Aplicações Compulsórias		-	116,38
Despesas da Intermediação Financeira	18.1	(2.722.657,44)	(2.472.830,97)
Operações de Captação no Mercado	12.a	(1.005.461,37)	(1.370.116,88)
Operações de Empréstimos e Repasses		(118.525,55)	(305.972,65)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.598.670,52)	(796.741,44)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.291.389,53	1.696.062,25
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.310.979,14)	(700.427,43)
Receitas de Prestação De Serviços		878.864,84	713.752,23
Despesas de Pessoal		(833.991,17)	(552.006,57)
Outras Despesas Administrativas		(1.160.303,86)	(909.876,69)
Despesas Tributárias		(25.804,60)	(11.422,42)
Outras Receitas Operacionais	17	346.897,58	312.970,63
Outras Despesas Operacionais	18	(516.641,93)	(253.844,61)
Resultado Operacional		980.410,39	995.634,82
Resultado Não Operacional	19	11.754,64	1.268,30
Resultado Antes da Tributação e da Participação na Sobra		992.165,03	996.903,12
Imposto de Renda e Contribuição Social		(36.737,37)	(23.567,79)
Imposto de Renda		(16.847,71)	(10.808,16)
Contribuição Social		(19.889,66)	(12.759,63)
Sobra Líquida		955.427,66	973.335,33

Egídio Ceccatto
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Sobras		Sobras do Período	Totais	
		Legal	Fundo de Estabilidade		Período Atual	Período Anterior
Saldos em 30 de junho de 2017	5.020.960,34	490.643,33	719.848,20	973.335,33	7.204.787,20	5.749.504,93
Sobras Líquidas do 2º Semestre	-	-	-	793.422,57	793.422,57	355.683,22
Outros Eventos						
- Absorção FATES	-	-	-	98.587,06	98.587,06	138.474,72
Destinações do Período Anterior:						
- FATES	-	-	-	(189.601,48)	(189.601,48)	(173.470,24)
- Reservas	-	176.394,05	88.197,03	(264.591,08)	-	-
- Incorporação AGO	634.769,40	-	776.133,82	(1.410.903,22)	-	-
- Distribuição AGO	-	-	-	-	-	(97.254,55)
- Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(249,18)	(249,18)	
Movimentação de Capital:						
- Subscrição/Realização	346.497,58	-	-	-	346.497,58	403.882,28
- Devolução (-)	(155.072,33)	-	-	-	(155.072,33)	(145.368,49)
Sobras Líquidas do Período	-	-	-	955.427,66	955.427,66	973.335,33
Saldos em 30 de junho de 2018	5.847.154,99	667.037,38	1.584.179,05	955.427,66	9.053.799,08	7.204.787,20
Mutações do Período	826.194,65	176.394,05	864.330,85	(17.907,67)	1.849.011,88	1.455.282,27

Egídio Ceccatto
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Em Reais	
	06/2018	06/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.785.587,60	1.352.586,34
Resultado do Exercício 2º Semestre do Ano Anterior	793.422,57	355.683,22
Resultado do Exercício 1º Semestre Ano Corrente	992.165,03	996.903,12
Ajustes		
IRPJ / CSLL	(36.737,37)	(23.567,79)
Provisão para Operações de Crédito	1.175.825,74	862.001,52
Depreciações e Amortizações	96.848,32	58.711,49
	3.021.524,29	2.249.731,56
Aumento (redução) em ativos operacionais	(1.424.566,07)	(9.658.708,06)
Títulos e Valores Mobiliários	(129.121,99)	427.108,80
Operações de Crédito	(1.396.814,50)	(10.067.275,05)
Outros Créditos	112.379,98	(14.097,64)
Outros Valores e Bens	(11.009,56)	(4.444,17)
Aumento (redução) em passivos operacionais	6.505.229,64	10.283.307,60
Depósitos	7.877.204,27	8.688.772,97
Outras Obrigações	220.019,00	90.301,42
Relações Interfinanceiras	(1.700.536,83)	1.720.416,23
Obrigações por Empréstimos e Repasses	108.543,20	(216.183,02)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.102.187,86	2.874.331,10
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimento	(239.491,45)	(57.757,05)
Imobilizações de Uso	(564.253,49)	(24.129,08)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(803.744,94)	(81.886,13)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento por novos aportes de Capital	346.497,58	403.882,28
Devolução de Capital à Cooperados	(155.072,33)	(145.368,49)
Distribuição das Sobras	-	(97.254,55)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	191.425,25	161.259,24
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.489.868,17	2.953.704,21
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	14.790.687,63	11.836.983,42
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	22.280.555,80	14.790.687,63
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.489.868,17	2.953.704,21

Egídio Ceccatto
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE CAÇADOR - SICOOB CAÇADOR/SC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **17/12/1993**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CAÇADOR/SC** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CAÇADOR – SC e CALMON - SC**.

O **SICOOB CAÇADOR/SC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo

Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios/despesas e os ingressos/receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis,

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, dos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto nº 3.000/1999, art.183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2018**.

4. Disponibilidades

Em **30 de junho de 2018 e 2017**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Caixa	396.755,29	354.370,68
Numerários em Trânsito	815.605,00	-
TOTAL	1.212.360,29	354.370,68

5. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Título De Renda Fixa	15.118.440,16	11.415.748,58
Vinculados a Prestação de Garantias	3.203.645,16	90.441,17
TOTAL	18.322.085,32	11.506.189,75

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 98 a 101% do CDI.

6. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Proagro Novo	-	264,91
Correspondentes no País	13.845,28	27.641,98
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	2.960.404,39	3.001.237,80
TOTAL	2.974.249,67	3.029.144,69

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	96.240,49	-	96.240,49	70.286,54
Empréstimos	10.045.021,67	7.223.963,91	17.268.985,58	14.764.066,28
Títulos Descontados	4.301.572,17	-	4.301.572,17	4.034.020,15
Financiamentos	591.669,38	487.061,80	1.078.731,18	1.599.702,73
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	829.076,41	7.072.654,43	7.901.730,84	8.782.370,06
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.164.722,32)	(1.746.596,41)	(2.911.318,73)	(1.735.492,99)
TOTAL	14.698.857,80	13.037.083,73	27.735.941,53	27.514.952,77

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo/ TD	A.D / Cheque Especial /Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA - Normal	820.737,63	-	-	-	820.737,63	-	320.042,51	-
A 0,5% Normal	5.181.200,99	14.426,34	335.172,95	232.630,44	5.763.430,72	(28.817,15)	8.717.784,83	(43.588,92)
B 1% Normal	6.523.520,60	556.206,59	271.458,59	652.976,00	8.004.161,78	(80.041,62)	6.724.710,59	(67.247,11)
B 1% Vencidas	573.000,67	1.162,23	24.378,22	96.844,63	695.385,75	(6.953,86)	312.951,03	(3.129,51)
C 3% Normal	2.739.236,57	197.589,57	342.693,39	6.919.279,77	10.198.799,30	(305.963,98)	8.783.883,07	(263.516,49)
C 3% Vencidas	418.569,56	13.852,85	34.001,14	-	466.423,55	(13.992,71)	1.090.233,20	(32.707,00)
D 10% Normal	462.406,82	60.645,29	50.750,91	-	573.803,02	(57.380,30)	335.810,19	(33.581,02)
D 10% Vencidas	560.858,20	917,86	-	-	561.776,06	(56.177,61)	443.671,43	(44.367,14)
E 30% Normal	1.002.676,14	12.261,70	-	-	1.014.937,84	(304.481,35)	856.104,13	(256.831,24)
E 30% Vencidas	57.152,12	743,49	14.318,18	-	72.213,79	(21.664,14)	784.123,31	(235.236,99)
F 50% Normal	214.825,33	18.691,54	5.957,80	-	239.474,67	(119.737,33)	136.684,95	(68.342,48)
F 50% Vencidas	47.159,70	1.502,89	-	-	48.662,59	(24.331,30)	106.781,47	(53.390,74)
G 70% Normal	-	9.549,72	-	-	9.549,72	(6.684,80)	1.000,00	(700,00)
G 70% Vencidas	972.457,76	3.580,22	-	-	976.037,98	(683.226,72)	12.702,02	(8.891,32)
H 100% Normal	651.535,89	40.480,44	-	-	692.016,33	(692.016,33)	59.785,73	(59.785,73)
H 100% Vencidas	481.616,63	28.232,90	-	-	509.849,53	(509.849,53)	564.177,30	(564.177,30)
Total Normal	17.596.139,97	909.851,19	1.006.033,64	7.804.886,21	27.316.911,01	(1.595.122,86)	25.935.806,00	(793.592,99)
Total Vencidos	3.110.814,64	49.992,44	72.697,54	96.844,63	3.330.349,25	(1.316.195,87)	3.314.639,76	(941,90)
Total Geral	20.706.954,61	959.843,63	1.078.731,18	7.901.730,84	30.647.260,26	(2.911.318,73)	29.250.445,76	(1.735.492,99)
Provisões	(2.556.745,96)	(110.048,52)	(28.284,47)	(216.239,78)	(2.911.318,73)	(2.911.318,73)	(1.735.492,99)	(1.735.492,99)
Total Líquido	18.150.208,65	849.795,11	1.050.446,71	7.685.491,06	27.735.941,53	-	27.514.952,77	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	959.843,63	-	-	959.843,63
Empréstimos	2.788.946,82	6.392.471,71	7.223.963,91	16.405.382,44
Títulos Descontados	3.950.507,70	351.064,47	-	4.301.572,17
Financiamentos	177.866,84	413.802,54	487.061,80	1.078.731,18
Financiamentos Rurais	581.030,17	248.046,24	7.072.654,43	7.901.730,84
TOTAL	8.458.195,16	7.405.384,96	14.783.680,14	30.647.260,26

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	75.588,11	1.211.033,22	589.561,72	-	1.876.183,05	6,12%
Setor Privado - Indústria	35.204,09	71.689,91	-	-	106.894,00	0,35%
Setor Privado - Serviços	509.740,34	7.037.766,55	3.163.980,67	217.174,78	10.928.662,34	36,66%
Pessoa Física	318.907,09	8.423.435,95	284.275,70	7.684.556,06	16.711.174,80	54,53%
Outros	20.404,00	740.187,99	263.754,08	-	1.024.346,07	3,34%
TOTAL	959.843,63	17.484.113,62	4.301.572,17	7.901.730,84	30.647.260,26	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	2.507.750,01	2.051.276,34
Valor das operações transferidas no período	824.370,60	549.453,22
Valor das operações recuperadas no período	(281.612,84)	(92.979,55)
TOTAL	3.050.507,77	2.507.750,01

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Avais e Fianças Honrados	60.266,60	14.324,82
Rendas a Receber	54.553,58	243.939,19

Diversos (a)	362.629,87	348.717,61
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(276.477,29)	(293.628,88)
TOTAL	200.972,76	313.352,74

(a) Refere-se, substancialmente, títulos e créditos a receber, adiantamentos e antecipações salariais, adiantamentos por conta de imobilizações, devedores por depósitos em garantia, impostos e contribuições a compensar e devedores diversos.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas Antecipadas (a)	32.793,14	21.783,58
TOTAL	32.793,14	21.783,58

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados, vale refeição e alimentação e outros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	965.696,98	751.181,72
Participações inst financ controlada coop crédito	161.595,86	136.619,67
TOTAL	1.127.292,84	887.801,39

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Instalações	115.766,80	-	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(4.554,55)	-	
Móveis e equipamentos de Uso	252.702,47	111.682,40	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(75.096,28)	(60.705,36)	
Sistema de Comunicação	55.761,24	44.748,15	20%
Sistema de Processamento de Dados	567.484,69	300.597,37	10%
Sistema de Segurança	58.078,86	29.422,65	10%
Sistema de Transporte	64.500,00	63.590,00	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(327.105,17)	(249.202,32)	
TOTAL	707.538,06	240.132,89	

As variações evidenciadas nas contas do Ativo Imobilizado, referem-se, substancialmente, a mudança da Sede da Cooperativa.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	9.126.051,36	6.319.912,63
Depósito Sob Aviso	60.292,19	57.902,49
Depósito a Prazo	32.280.737,92	27.212.062,08
TOTAL	41.467.081,47	33.589.877,20

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.857,03)	(3.192,29)
Despesas de Depósitos a Prazo	(974.888,96)	(1.343.963,78)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(28.715,38)	(22.960,81)
TOTAL	(1.005.461,37)	(1.370.116,88)

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	30/06/2018	30/06/2017
Cooperativa Central	448.458,41	1.960.629,37
Recursos do Bancoob	212.927,86	280.023,60
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(13.034,66)	(11.834,33)
Relações com Correspondentes	9.480,49	21.007,09
TOTAL	657.832,10	2.249.825,73

14. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.801,53	11.026,46
Sociais e Estatutárias	297.045,22	201.040,98
Fiscais e Previdenciárias	99.446,42	70.352,90
Diversas	729.227,79	540.818,02
TOTAL	1.134.520,96	823.238,36

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados	157.568,50	64.183,10
Resultado de Atos com Não Associados (a)	115.503,54	112.686,15
Cotas de Capital a Pagar (b)	23.973,18	24.171,73
TOTAL	297.045,22	201.040,98

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	34.255,32	22.548,10
Impostos e contribuições a recolher	65.191,10	47.804,80
TOTAL	99.446,42	70.352,90

14.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	37.547,26	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	74.013,14	46.736,09
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	320.225,25	222.005,29
Provisão para Passivos Contingentes (b)	154.616,92	153.892,51
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	22.880,56	10.286,62
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	-	162,65
Credores Diversos - País	119.944,66	107.734,86
TOTAL	729.227,79	540.818,02

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	27.116,92	27.116,92	26.392,51	26.392,51
Outros	127.500,00	-	127.500,00	-
TOTAL	154.616,92	27.116,92	153.892,51	26.392,51

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.



Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CAÇADOR/SC**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 50.000,00. Essas ações abrangem, basicamente, trabalhistas.

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.247.712,69 (R\$ 1.123.303,69 em **30/06/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CAÇADOR/SC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	5.847.154,99	5.020.960,34
Associados	4.918	4.394

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 5%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

d) Sobras do Período

As sobras são distribuídas e apropriadas, quando do encerramento do exercício social, conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2018
Recuperação de Encargos e Despesas	16.842,02	64.245,97
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	4.582,66	1.151,67
Atualização de Depósitos Judiciais	320,99	3.300,30
Rendas Juros Cartão de Crédito	25.014,51	11.630,55
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	6.677,21	4.887,86
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	10.374,31	3.541,79
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	47.650,94	7.283,60
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	11.680,34	9.399,06
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	13.663,68	9.082,44
Receita Volume Financeiro Rede	-	80,88
Dividendos	19.349,87	17.983,98
Distribuição de Sobras da Central	12.357,52	-
Outras Rendas Operacionais	178.383,53	180.382,53
TOTAL	346.897,58	312.970,63

17.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	83.614,00	135.020,44
Rendas de Empréstimos	2.625.035,26	2.095.733,91
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	770.632,57	726.506,05
Rendas de Financiamentos	181.720,28	268.548,98
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	223.267,32
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	451.792,59	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	120.529,30	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	17.143,33	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	140.683,30
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	492.431,75	559.330,15
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	271.147,89	19.686,69
Rendas de Créditos Vinculados ao crédito rural	-	116,38
TOTAL	5.014.046,97	4.168.893,22

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2018
Despesas de Recursos do Proagro	(1.004,91)	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(209.270,10)	(194.123,18)
Provisão para Passivos Contingentes	(320,99)	(3.300,30)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(7.070,26)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(935,98)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(593,51)	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(23.662,87)	(22.515,64)
Outras Despesas Operacionais	(273.783,31)	(33.905,49)
TOTAL	(516.641,93)	(253.844,61)

18.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Despesas De Captação	(1.005.461,37)	(1.370.116,88)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(118.525,55)	(305.972,65)
Provisões para operações de crédito	(1.598.670,52)	(796.741,44)
TOTAL	(2.722.657,44)	(2.472.830,97)

19. Resultado não operacional

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Ganhos de Capital	11.754,64	7.554,67
Reversão de Provisões não Operacionais	8.009,74	4.482,82
Outras Rendas não Operacionais	-	32,40
(-) Perdas de Capital	-	(600,00)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(8.009,74)	(10.201,59)
Resultado Líquido	11.754,64	1.268,30

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	12.155,27	4,33%
Empréstimo	1.348.441,47	9,55%
Financiamento	10.839,15	1,00%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	145.457,21	1,59%	0%
Depósitos a Prazo	1.785.134,30	5,53%	0,52%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO 1º SEMESTRE DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,54%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,03%

As garantias prestadas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	2.900.973,45

No 1º semestre de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO 1º SEMESTRE DE 2018 (R\$)	
Honorários	(202.374,61)
Encargos Sociais	(46.939,64)

21. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE CAÇADOR - SICOOB CAÇADOR/SC**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CAÇADOR/SC** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

22. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.2 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.3 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- (a) Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- (b) Análise de descasamentos entre Ativos e Passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- (c) Definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- (d) Realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- (e) Definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- (f) Projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 dias;
- (g) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

22.4 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

22.5 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.6 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.



22.7 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e os possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

23. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

O **SICOOB CAÇADOR/SC**, adotou a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), nos termos da Resolução CMN nº 4.606 de 19/10/2017, e Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **30 de junho de 2018**.

Egídio Ceccatto
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC